

RETORNO AO RECALCADO: O NACIONALISMO NA CULTURA BRASILEIRA

*Gilberto Felisberto Vasconcellos**

Resumo

Neste artigo, o conceito de nacionalismo é abordado como uma constante na cultura brasileira, que começou na oposição ao colonialismo português, em seguida ao imperialismo inglês e norteamericano. Trata-se da crítica ao caráter exógeno da sociedade brasileira, cuja razão de ser é enriquecer os núcleos cênicos do capitalismo mundial. A diretriz fundamental do nacionalismo está alicerçada na distinção entre a fase de exportação de capital para a fase de instalação das grandes empresas multinacionais na economia do país. Nas últimas décadas, o nacionalismo foi recalçado pela ofensiva do neoliberalismo das privatizações internacionais. Todavia, fatalmente a perspectiva é de que haja retomada desse conceito na política e na cultura, sobretudo com o ocaso inevitável dos combustíveis fósseis, que colocará o território dos trópicos no epicentro energético da história no século XXI. A partir desse condicionamento geográfico, surge a contradição entre as *plantations* de energia multinacionais de álcool e óleos e as microdestilarias em pequenas propriedades de álcool e óleos combustíveis, ou seja, a contradição entre imperialismo e nação.

Palavras-chave

Nação; nacionalismo; imperialismo; trópico; cultura brasileira.

Abstract

In this article the concept of nationalism is approached as a constant in the Brazilian culture, having started as an opposition to the Portuguese colonialism, and proceeded with the English and North American imperialisms. It is about a critical view of the exogenous character of the Brazilian society, whose reason of existence is to enrich the centers of capitalism in the world. The fundamental directive of nationalism is anchored in the distinction between the phase of capital export, and the phase of great multinational companies installation within the economy of the country. During the last decades, nationalism has been repressed by the offensive of neoliberalism of international privatizations. Nevertheless, the inevitable perspective is the uprising of this concept, both in politics and in culture, especially in view of the fatal decline of fossil fuels, which will transform the territory of tropics in the energetic epicenter of the XXIst Century history. From this geographic conditioning, emerges the contradiction between the plantations of multinational energy of alcohol and oils, and the microdistilleries in small properties of alcohol and oil fuels, or rather, the contradiction between imperialism and nation.

Keywords

Nation; nationalism; imperialism; tropic; Brazilian culture.

José Augusto Ribeiro, autor de *A Era Vargas*¹, foi buscar a gênese do nacionalismo trabalhista em José Bonifácio, o patriarca – isso na política, porque na expressão literária Gregório de Matos, já no século XVII, pode ser considerado um entusiasta e crítico da terra: “O que quer o Brasil, que me persegue?” Como observou seu mais dedicado estudioso, João Carlos Teixeira Gomes, por sinal e não por acaso exímio biógrafo do cineasta Glauber Rocha: “E, diga-se o que disser, tomou o partido do povo”² Continuador da obra de Gregório de Matos, Glauber Rocha foi, no século XX, um artista marxista e antiimperialista, aliás, o único cineasta getulista do Cinema Novo que juntou estética e política. É de sua autoria esta bela frase barroca: “o nacionalismo é a raiz do futuro.”

O que está para ser feito é um trabalho que revele em profundidade o motivo de Glauber Rocha, nascido em Vitória da Conquista em 1939, ter escolhido Getúlio Vargas a personalidade histórica nuclear de seus filmes, citado várias vezes em sua prosa: Vargas, a tragédia política; Villa Lobos, a utopia sonora, o compositor nacionalista que ouviu e auscultou o desejo do povo. Assim explicou a razão de ser do cinema novo dele: a síntese de Vargas e Villa, o que significa o povo triunfando na utopia sonora, porque a derrota histórica foi o suicídio de Vargas. O compositor de vanguarda morria em 1959, Glauber começava a ser preparar para fazer cinema, viajando o Nordeste a fim de conhecer o folclore de mestre Vitalino, que será mais tarde determinante no enquadramento estético de seus filmes. Na literatura o jovem cineasta era influenciado por José Lins do Rego e, na escultura popular, por Vitalino.

Colega e amigo do cineasta desde os tempos adolescentes de colégio, João Carlos Teixeira Gomes testemunhou que, no dia 24 de agosto de 1954, Glauber com 15 anos de idade foi prantear a morte de Getúlio Vargas junto com o povo na Praça da Sé, em Salvador. Aí talvez tenha começado o filme de sua vida: a tragédia que foi para o país o suicídio do presidente nacionalista e mais popular. O cineasta versado na mística religiosa com o embate entre Deus e o Diabo no sertão, projetará o encontro de Getúlio Vargas com os dois, tanto Deus quanto o diabo, mas nenhum quer nada com ele: o espírito de Getúlio continua vagando em busca do povo. Em seu último filme *A Idade da Terra*, Brasília aparece com um samba homenageando o presidente Vargas. Glauber Rocha elogiou o Estado Novo por causa dos traços nacionalistas: Estado novo, cinema novo. Isso não deixa de chocar as pessoas que esquecem a condição semicolonial do país pela ênfase abstrata na democracia, que é sempre o mote usado pelo imperialismo norte-americano para golpear a América Latina. A sociologia cebrapiana de FHC chegou ao poder menos por ser a favor da dependência do país do que pela antítese autoritarismo *versus* democracia. É digno de nota que o autoritarismo político se foi com o fim da ditadura de 64, mas o domínio econômico das multinacionais (a progressiva desnacionalização do país) não só continuou como atingiu o zênite com a vigência da democracia pós-militar.

Nos grandes artistas e intelectuais brasileiros o nacionalismo se converte em uma gnose ou anticolonial e antiimperialista, que é imprescindível à compreensão da história do Brasil. Existe um nacionalismo que se vale da teoria de Marx sobre a colônia, tomando como parâmetro a Irlanda (Irlanda, a primeira colônia inglesa), mas existe também um nacionalismo antiimperialista que não é marxista. No primeiro caso, teríamos o exemplo de Darcy Ribeiro, conhecedor da teoria marxista do imperialismo (Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky), e que teve um clarão em sua consciência política com o suicídio de Vargas em 1954; no segundo, Leonel Brizola que, embora não fosse marxista, apresentou em várias ocasiões uma lucidez antiimperialista superior ao dos comunistas e de muitos autores marxistas. O encontro de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, ao findar o exílio pós-1964, amalgamou o marxismo com o nacionalismo quanto à descolonização mental e material do país.

Na história da cultura brasileira somente dois intelectuais de esquerda perceberam com lucidez a gestação entreguista da sociologia de FHC e sua anfibológica teoria da dependência (a favor desta e não contra): Ruy Mauro Marini em artigo em 1978 sobre a visão ufanista de FHC sobre a burguesia³ e Glauber Rocha em 1974, dizendo-o um kennediano anticomunista, o qual não teria existido politicamente sem o golpe de 64, momento em que o Estado foi posto a serviço das multinacionais. O governo efeagaceano foi, no entanto, muito mais pernicioso, porque os militares não chegaram a entregar todas as riquezas naturais para as potências estrangeiras, eles não internacionalizaram as empresas estatais (Petrobrás, Vale do Rio Doce, Acesita) embora isso estivesse nos propósitos apátridas do ministro Roberto Campos.⁴

Historiador e dramaturgo de João Goulart, mergulhando fundo na Jangarana (este sufixo “rana” remete à Sagarana de João Guimarães Rosa), identificando-se psiquicamente com o ex-presidente derrubado e mal compreendido por quase todo mundo, Glauber Rocha foi o primeiro intelectual a alertar que a “abertura” política comandada por civis antinacionalistas seria extremamente danosa para o povo e o país. O que o cineasta propugnava era uma abertura feita no âmbito das Forças Armadas para que os militares pudessem fazer autocrítica do desastre que foi o golpe de 64. Por ter assumido essa posição que antecipadamente lança luz na privatização internacional de FHC, Glauber Rocha foi enveredado em uma solidão ideológica com muita gente dizendo que ele havia sido cooptado pelo general Golbery. Mentira!

Em 1980, Itália, Veneza, Festival de Cinema, o cineasta comentava que seu último filme, *A Idade da Terra*, mostrava que o colonialismo é o grande responsável pela miséria latino-americana. À complexidade da arte e do pensamento de Glauber Rocha, acrescenta-se o fato de ter colocado a necessidade de juntar o marxismo e o nacionalismo numa

perspectiva radicalmente descolonizadora. Ele simpatizava com o trabalhismo brasileiro, citando Getúlio Vargas como referência básica de seu imaginário fílmico, ao lado de Antônio Conselheiro, Luís Carlos Prestes e Lampião.

João Goulart sempre será pesquisado porque o golpe de Estado de 1964 tirou o Brasil do caminho popular e democrático, que era o caminho das “Reformas de base”, a fim de cortar a remessa forânea de lucros e simultaneamente fazer a reforma agrária. O golpe de 1964 foi um infortúnio histórico para a civilização brasileira, mas possibilitou a latinoamericanização de um dos maiores cientistas sociais do século XXI ao exilar Darcy Ribeiro (1922-1997). Não estudou na Europa e nos Estados Unidos, o que representou vantagem à descolonização das ciências sociais. Hoje é mais lido nos países latino-americanos do que no Brasil, onde continua sabotado ou apenas referido de maneira anedótica e superficial. Leu e estudou os melhores autores nacionalistas e antiimperialistas do continente, sempre atento à disjunção equivocada entre marxismo e nacionalismo, trazendo à reflexão descolonizada a abordagem etnológica, mostrando o indígena como o primeiro marginalizado pela colonização que converteu o povo brasileiro em um “proletariado externo” na era do imperialismo.

Para compreender a América Latina, trouxe à tona os dez mil anos de história em seu livro de 1968, *O Processo Civilizatório*, o que ensejou uma Teoria do Brasil, país que não se constituiu como resultado de um desígnio planejado por seus criadores. A intenção dos colonizadores não era formar aqui um povo. Este é um subproduto indesejado que nasceu e foi crescendo de um empreendimento do capitalismo mercantil. A mesma coisa se aplica ao parto de todas as pátrias latinoamericanas. O objetivo colonial não era senão exportar lucros.

Darcy Ribeiro tinha plena consciência de seu visceral anti-eurocentrismo. Nossa principal razão de existir continua sendo a de produzir lucros exportáveis. Por isso elogiou e redescobriu um autor como Manoel Bonfim, o primeiro intelectual brasileiro a compreender o Brasil dentro do continente em seu livro de 1903: *América Latina: Males de Origem*.⁵ Somente no início do século XX apareceu um autor brasileiro a olhar para a nossa comum inserção latinoamericana. Essa loucura esquizofrênica medra em todos os países da América Latina, mas, no Brasil, ela se exaspera porque o imperialismo norteamericano incula nas classes dirigentes e no patriciado intelectual que somos os escolhidos como colônia mimada que entrará no clube dos ricos.

Junto com Eduardo Muniz, levado por Darcy Ribeiro, Glauber Rocha conheceu João Goulart em 1972, no Uruguai, manteve contato com o ex-presidente algumas vezes em Paris entre 1974 e 1978. Dessas conversas e contatos resultaram uma peça de teatro, *Jango uma Tragédia*, e um livro ensaístico-ficcional (ainda inédito) chamado *Jangara-*

na. Depois de 1964 o sistema intelectual brasileiro (mídia e universidade cada vez mais integradas) estigmatizou João Goulart como um fraco, um incompetente, um covarde. Glauber Rocha se insurgiu contra esse estigma, apelando para o juízo simpático de Antonio Callado. Disso o que resulta hoje, numa retrospectiva histórica, é que muita gente em agremiações partidárias como PT e PSDB fez carreira injuriando João Goulart, baseando-se no seguinte argumento equivocado e pérfido: Jango deveria ter sido derrubado (ó maldito populista!), mas lamentavelmente depois de sua queda veio o dilúvio, veio a ditadura, veio o autoritarismo político. Glauber Rocha se vinga dessa perfídia colocando, no desfecho de sua peça de teatro, João Goulart sendo comido no carnaval de maneira surreal e barroca: “devorado pelo povo o homem nasce de novo!” Não economiza elogios à *Carta Testamento* de Getúlio Vargas, o mais importante documento trágico em uma cultura sem dramaturgia da tragédia.

Quem teve a oportunidade de privar a riqueza de Leonel Brizola conhece sua adoração pela *Carta Testamento* como escola política. Ele a sabia de cor e salteado. Por ela navegava na política, dizendo que o *petucanismo* (a convergência de PT e PSDB) era a mais completa negação da mensagem antiimperialista da *Carta Testamento*, que é a contradição nação *versus* imperialismo norte-americano. Desde 1954, a direita tenta apagar, desvirtuar, enterrar essa antinomia, afirmando que o nosso problema é exclusivamente nosso, inteiramente de âmbito interno e doméstico, como se o imperialismo não fosse senão um bode expiatório dos nacionalistas fracassados, como se o domínio do capital estrangeiro não afetasse os rumos da sociedade brasileira, como se a espoliação internacional não passasse de um delírio paranóico. Daí a patranha sempre repisada de que o que temos de fazer é por ordem dentro de casa, cuidar dos ralos por onde escorre e vaza o desperdício, ou seja: chega de colocar a culpa no capital estrangeiro. Leonel Brizola era o avesso disso tudo quando sublinhava o laço indissolúvel entre emancipação popular e soberania nacional.

Desde o século XIX o processo civilizatório gerou dois pólos complementares: o imperialismo industrial e o subdesenvolvimento neocolonial. As nações que tomaram a dianteira das inovações tecnológicas expandem a sua dominação nas áreas coloniais ou semicoloniais, através do saqueio dos recursos naturais do território e da superexploração do trabalho da população. É dentro desse quadro conceitual que se situam o trabalhismo getuliano, o reformismo janguista e o socialismo de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Todos eles não alcançaram êxito. Quem alcançou êxito – sem promover, no entanto, o bem-estar do povo – foi a modernidade recolonizadora gerenciada por uma classe dominante testa de ferro de interesses estrangeiros. E, sob esse ângulo, os governos antitrabalhistas

de 1945 pra cá estão no mesmo balaio: Dutra, JK, Jânio, militares, Sarney, Collor, Itamar, FHC e Lula, com as multinacionais exercendo o poder no Estado, na cultura e na comunicação.

O que a ideologia dominante difunde (e a ideologia dominante na sociedade brasileira é a das grandes corporações estrangeiras) é a felicidade multinacional. A mensagem dos meios de comunicação (telenovela e programas de auditório) reproduz a balela de que é possível estender o progresso das multinacionais à maioria da população. Até mesmo no meio universitário a ideologia dominante das multinacionais timbra em nos convencer que o discurso nacionalista de Leonel Brizola não surtiu efeito eleitoral porque carecia de fundamento na realidade do país, espécie de um discurso noctívago, anacrônico, adstrito aos anos 50 getulistas, como se de lá pra cá não tivesse sido mais remetida a renda da economia para o exterior, sem mencionar a criminosa privatização internacional do território que caracteriza os últimos governos.

O que notabiliza o nacionalismo brasileiro é o alto nível intelectual de seu pensamento na política e na cultura. De Manoel Bonfim a Darcy Ribeiro, de Villa Lobos getuliano ao brizolista Glauber Rocha. É isso o que foi recalcado pelas universidades, em cujos cursos de ciências humanas os representantes intelectuais do nacionalismo são considerados de baixo nível intelectual ou propensos ao bonapartismo antidemocrático. Essa falcatrua acadêmica converteu-se em força material com o discurso sub-sociológico no poder. O léxico pedante extraído de professores universitários é o estilo hegemônico do atual petucanismo. Foi essa couraça educativa que maltratou Leonel Brizola em todas as bolsas de estudo, aqui e no exterior, depois de 1964.

O que é mister pôr em relevo para os jovens universitários de hoje é a natureza do assassinato acadêmico cometido contra o nacionalismo, principalmente porque um de seus maiores expoentes, o professor Darcy Ribeiro, foi um criador de universidades na América Latina, provocando ciumeira danada nos coleguinhas antes mesmo de 1964 com a universidade de Brasília. Se esta não fosse fechada pelo golpe antinacionalista de 1964, o eixo universitário estaria decolado da predominância São Paulo – Rio de Janeiro.

A vida de Leonel Brizola na política foi antes de tudo um compromisso intelectual, a começar em Porto Alegre quando tomou consciência do processo espoliativo imperialista no fim da Segunda Guerra Mundial. O ano de 1945 no Brasil se destaca pela didática entre o mestre Getulio Vargas e o discípulo Leonel Brizola acerca da inserção do país no sistema capitalista mundial. Essa experiência intelectual foi transmitida antes do suicídio do Presidente no Palácio do Cadete.

Leonel Brizola vivenciou na política o que aconteceu com Getúlio Vargas em 1945, inclusive o que sucedeu durante o Estado Novo de 1937, ainda que o brilhante guri de Carazinho tivesse nascido em 1922, o ano da Semana de Arte Moderna de São Paulo. Leonel Brizola tinha 23 anos em 1945. Aprendeu com Getúlio Vargas a complicada relação do Brasil com as nações hegemônicas - no caso o imperialismo norte-americano e o stalinismo russo. O Estado Novo agonizando, Leonel Brizola, em 1945, organizou o trabalhismo no Rio Grande do Sul, distanciando-se tanto do capitalismo norte-americano quanto do stalinismo burocrático. Essa conversa de Getúlio com Brizola se efetuou antes de João Goulart ter sido derrubado pela Guerra Fria (USA-URSS). Sob o enfoque interno, quanto ao que se passava no país de 1930 a 1945, a escolha política do jovem Leonel Brizola implicava a avaliação positiva do Estado Novo, diferente do par democracia/ ditadura, que era o prisma bacharel da UDN para elidir a espoliação econômica internacional. O nacionalista Leonel Brizola avaliou o Estado Novo sob um ângulo diferente dos doutores pró-norteamericanos da UDN, o partido liberal que dará o golpe de Estado em 1964. Leonel Brizola, em 1945, analisou o que foi o Estado Novo de 1937, tornando-se getulista a vida inteira. Externou sempre a gratidão intelectual por ter escapado da direita pró-USA e da esquerda stalinista. Leonel Brizola viu de perto o que seguiu ao Estado Novo de Getúlio Vargas: o governicho Dutra fazendo a farra dos importados, ou seja, vende-Pátria.

O getulismo em sua feição antiimperialista de 1945 é a nascença política de Leonel Brizola, para quem a vida do trabalhador brasileiro está determinada pelo modo como a economia do país se relaciona com o exterior. O ano de 1945 é um marco na história do capitalismo mundial porque a exportação de capital é substituída pela instalação de empresas multinacionais nos países periféricos e semicoloniais. 1945 traz o trinômio: bomba atômica, televisão e dólar como moeda universal emitida pelos Estados Unidos, o país que sai vencedor da Segunda Guerra Mundial com aura de democrático, conforme a propaganda maciça feita pelos filmes norte-americanos de guerra contra o nazismo de Hitler e de Mussolini. Os Estados Unidos acionaram o cinema como arma de convencimento e persuasão no mundo inteiro a respeito de sua missão democrática ancorada no dólar. O entrevero interimperialista da Segunda Guerra Mundial foi apresentado como uma batalha entre democracia e autoritarismo, assim Getúlio Vargas não passava de uma caricatura de Hitler e Mussolini. E mais do que isso: o nacionalismo de uma nação colonizada virou sinônimo de nacionalismo nazista. A literatura politicóloga sobre a Carta Del Lavoro de Mussolini veio reforçar a mistificação de que Getúlio Vargas era “fascista”. O cenário político-ideológico de 1945 confundiu muita gente de esquerda, de modo que não deve ser encarado um acontecimento banal a conversão de Leonel Brizola ao nacionalismo trabalhista de Getúlio Vargas. Que seja lembrado aqui, para cotejo com Leonel Brizola

aos 23 anos em Porto Alegre, o grande escritor do modernismo, Oswald de Andrade, homem maduro, vivido, culto, viajado, tendo 55 anos em 1945, marxista, antiimperialista, afeiçoado às vanguardas estéticas, não percebeu no entanto que a queda de Getúlio Vargas em 1945 aprofundou o quadro de dependência do país, que foi um golpe do imperialismo norte-americano.

É irrelevante saber se na verdade Getúlio Vargas, entre 1945 a 1954, teve horas de churrasco e conversa mais com João Goulart, fato é que a certidão política de Leonel Brizola traz a contradição nação versus imperialismo sob a influência getulista pós-Estado Novo. É curioso verificar que o ano de 1945 também enganou os argentinos. Os estudantes, os professores universitários e o Partido Comunista foram contra Perón. O antinazismo era a máscara do imperialismo inglês, que estava engajado na Segunda Guerra, mas, o país opressor com relação à Argentina era a Inglaterra. Poucos intelectuais perceberam que o fascismo foi a política das potências aliadas da pilhagem colonial. As nações fascistas careciam de colônias, enquanto todo o mundo colonial pertencia às metrópoles democráticas. O saqueio colonial dava conforto e democracia aos cidadãos ingleses, enfim, por isso superficial é a abordagem que reduz os antagonismos mundiais à questão democracia versus fascismo. Leonel Brizola percebeu esse entrudo colonialista ao avaliar o Estado Novo e ingressar no PTB durante a Segunda Guerra Mundial.

No Instituto Pasqualini no Rio de Janeiro não foram poucas as vezes em que Leonel Brizola didatizou para a platéia pedetista sua tipologia sócio-política dos governos a partir de 1945. São três os tipos de Presidente da República: (1) os conservadores e reacionários a Dutra; (2) os nacionalistas que se insurgiram contra o sistema econômico internacional predador como Getúlio Vargas e João Goulart; (3) o meio termo seria representado por JK, que teceu uma aliança de Goulart (vice do PTB) com o PSD oligárquico, que foi um sucesso para a maioria dos brasileiros, registrava Leonel Brizola com ironia. Collor, por exemplo, deveria ter assimilado a ambivalência de JK, porém não ouviu o conselho de Leonel Brizola e fracassou no poder. O problema de querer reproduzir o esquema bifronte de JK (pretensão de FHC e Lula) é cada dia mais difícil depois da instalação de grandes multinacionais no interior da economia brasileira e da ofensiva do capital monopolista internacional a partir da década de 80 no século XX.

Segundo Darcy Ribeiro, pegou JK a carona de Vargas com o programa de industrialização e a criação de infraestrutura, no entanto sem a orientação nacionalista e a política estatizante, assim como lhe faltou “o senso de responsabilidade para com os trabalhadores”.⁶ Darcy Ribeiro tinha em mira o fracasso de Vargas e o sucesso de JK, tal como esse confronto aparece na historiografia que tece elogios à façanha de JK por ter mantido a estabilidade política. Essa mistificação da estabilidade tem por objetivo assi-

nalar, de maneira perfunctória, que Getúlio Vargas e João Goulart foram dois políticos inábeis e incompetentes que não souberam terminar seus respectivos governos. Darcy Ribeiro explicou de outro jeito a esdrúxula política dos 50 anos em 5, ou seja, 45 anos destinados ao capital estrangeiro, e o resto para nós: “Juscelino acatou as novas regras de jogo do mundo capitalista, que eram as da abertura do país à internacionalização de sua economia e ao endividamento. No plano interno acelera também, temerariamente, o processo inflacionário em que estamos vivendo”.⁷

O problema é que a soberania nacional foi considerada uma meta impossível de ser atingida. A universidade brasileira, por recalcar o nacionalismo como estratégia de superar o atraso e a miséria, está enferma, por isso colocou no ostracismo Darcy Ribeiro, que é um dos mais importantes cientistas sociais da América Latina. Ele dizia que a confusão teórica (considerar, por exemplo, Leonel Brizola como “populista”) levaria ao equívoco político; afinal, a meta do nacionalismo trabalhista não era apenas a de melhorar a ordem vigente, e sim a de subvertê-la e transformá-la. O patronato local é o seu principal adversário, vinculado ao latifúndio, fazendo contato com as empresas estrangeiras que superexploram o trabalho. A burguesia brasileira está contente com a tutela do capital estrangeiro. A parte do leão cabe à multinacional financeira, tendo como integrantes menores o capital industrial e os bancos nativos. Estes, sozinhos, não têm condições de imprimir uma política própria ao Estado com um efetivo comando. Não existe, a rigor, um capitalismo financeiro periférico que seja autônomo, assim a finança estrangeira ocupa o Banco Central. Todos os governantes se curvam diante do capital estrangeiro, tido como agente civilizador e fator de progresso, quando, na verdade, é a causa fundamental da existência de massa excedentária, impossibilitada de arrumar emprego e que se situa abaixo da classe operária. Quanto mais desenvolve o pólo multinacional, mais aumenta o pólo de marginalizados e despojados, os quais o brizolismo queria converter em força política, não se limitando ao proletariado.

É, sem dúvida, sintoma do colonialismo interno que o nacionalismo trabalhista tivesse sido derrotado eleitoralmente em São Paulo, que é a sede da indústria recolonizadora sob a égide das multinacionais. Darcy Ribeiro se valeu da categoria “industrialização recolonizadora”⁸ para explicar o progresso ingeneralizável a toda população. O progresso regido pelos interesses das multinacionais é necessariamente confinado e excludente, responsável por uma “modernização reflexa”, que é empreendida por pacotes tecnológicos exógenos que reproduzem os fatores do atraso. Segundo Darcy Ribeiro, a modernização reflexa “fez de nós proletários externos de outros povos”. A industrialização recolonizadora, com as multinacionais dentro de casa e sediadas em São Paulo, impõe novas formas de dependência, trazendo “os frutos e não as sementes do saber e da tecnologia”.⁹

Esse saber empacotado, hoje cybernetizado e informatizado, é a fina flor do colonialismo que apresenta o subdesenvolvimento como uma fatalidade. A modernização reflexa – ou o progresso reflexo – é uma faceta do colonialismo interno, teorizado brilhantemente por Rodolfo Stavenhagen¹⁰: o colonialismo interno é o imperialismo posto em ação regional. Esse colonialismo interno, sob a égide da industrialização multinacional, engendra uma superestrutura cultural (midiática e universitária) que justifica a existência da metrópole colonial satelitizada pelo sistema capitalista mundial. A metrópole colonial se vangloria, ainda que com um narcisismo também reflexo e mímico, de ser o berço das fábricas multinacionais. Darcy Ribeiro mostrou que a função ideológica do colonialismo interno, representado por São Paulo, é limpar a nódoa espoliativa do imperialismo norte-americano, o qual é a idealizado, edulcorado, convertido em dispositivo filantrópico aos olhos da pequena burguesia universitária com suas becas e barretes honoris causa. Para a sociologia *cipaia* (*cipaismo* é a defesa do setor economicamente privilegiado estrangeiro), quanto mais São Paulo conectar-se às áreas cênicas mundiais, tanto melhor é para o bem estar intra-regional. Dessa maneira, o que é bom para São Paulo é bom para o Brasil. De Sarney a Lula, todos os governos têm feição paulistocêntrica. Esse paulistocentrismo cultural é o reflexo da internacionalização do país sob a hegemonia dos estamentos multinacionais, que são coadjuvados pela burguesia industrial e financeira nativas. A anatomia do capitalismo videofinanceiro revela que o centro econômico do país é São Paulo, enquanto a televisão dominante situa-se no Rio de Janeiro.¹¹ A telenovela produziu o esquecimento do golpe de 64. O ex-diplomata Adriano Benayon, crítico do capitalismo videofinanceiro e dos intelectuais *cipaios* porta-vozes do colonialismo interno, formulou o seguinte apotegma: “Nada é mais prejudicial à economia de um país que se juntar ao centro ou ter com ele boas relações”.¹²

De Montevidéu, exilado pelo golpe de 1964, Darcy Ribeiro enviava o recado para os intelectuais de São Paulo seduzidos pelas pesquisas brasilianistas: o tabu é a questão nacional.¹³ O *cipaismo* intelectual paulista, que medra tanto nas hostes tucanas quanto nas petistas, considera o sagrado capital estrangeiro como um acelerador do desenvolvimento nacional. Com as multinacionais operando com todas as regalias dentro de casa, sucedeu um fenômeno estranhíssimo na cultura brasileira: o imperialismo norte-americano tornou-se invisível, deixou de ser um incômodo sob a vigência da democracia. O trabalhismo nacionalista foi vencido, assim como se tentou diuturnamente desmoralizar a idéia de que produzimos para promover a prosperidade das metrópoles. Essa situação espoliativa, que nos condena ao atraso e à miséria, deixou de ser o critério para caracterizar a posição política de direita.

Ainda não foi esclarecido o espantoso conformismo intelectual e artístico diante do capital monopolista estrangeiro. *Yes, São Paulo, yes*, outrora plantou-se *banana fruit* na América Latina, agora plantamos indústria *for export*. Com as exceções de praxe, a intelectualidade paulista, tal qual o proletariado das nações opressoras, extrai vantagens materiais do colonialismo interno, portanto dificilmente aprofunda o conhecimento acerca do significado da internacionalização do país. O intelectual subprivilegiado da metrópole colonial apresenta-se, para usar a linguagem oswaldiana, como o garçom de costeletas no banquete ovíparo da globalização. A tecnologia transferida do país avançado para o país atrasado é o mais recente pacote da ideologia colonialista, tendo por vetor a televisão como aparato técnico que é igual em todo lugar do mundo.

O capitalismo videofinanceiro hiperbolizou a função ideológica do colonialismo interno na cultura. É por isso que inexistiu mimese na qual apareça retratado o estamento das multinacionais. Resulta daí o paradoxo da invisibilidade do que está escancaradamente visível: o domínio exógeno. A incumbência universitária do colonialismo interno é mostrar que a antítese centro/periferia desmanchou-se com a industrialização orientada para a exportação. É que nessa etapa de expansão do capitalismo monopolista nas sociedades subdesenvolvidas a unidade produtiva principal é a corporação estrangeira, que se instala no país receptor visando ao mercado externo. O que triunfou, o que venceu como razão sociológica, repetia o estribilho da campanha eleitoral de FHC, foi o Brasil multinacional em aliança com a oligarquia agrobusiness. Destarte esse poder econômico e cultural consagrou-se pelo voto direto desde Collor, portanto é legítima a democracia dirigida pelas corporações estrangeiras. Assim, poder-se-ia afirmar que, na fase de exportação de capital, o imperialismo por aqui era algumas vezes objeto de ódio e iracúndia, mas depois que suas fábricas instalaram-se dentro do país tornou-se de casa, ou senão alguma coisa que não atrapalha nossa vidinha cotidiana. Essa é a ideologia dos empresários nativos que se privilegiam ao ficarem sócios menores do capital estrangeiro, abdicando do papel de sujeito autônomo e sem nenhum constrangimento de integrarem uma classe social subalterna e desnacionalizada. Com o espetáculo midiático da democracia, aplaude-se a política antinacional do golpe de 1964 mediante a privatização internacional do território. A vassalagem desejada é o traço marcante da cultura no Brasil do século XXI. O marxismo e o nacionalismo desaparecem dos currículos das universidades, os intelectuais exibem sem pudor o “discurso dos saciados”¹⁴, junto com o cinismo e a resignação acerca da impossibilidade de incorporar a maioria da população ao mercado de trabalho. O que se verifica nesta atitude vassala é sua simetria com o que está ocorrendo com o país, cada vez mais submetido a um de colonialismo cósmico, com a destruição progressiva do Estado e a apropriação do território físico pelas potências estrangeiras.

É preciso atentar agora para outra etapa de instalação das multinacionais dentro do país, pois a estratégia de desmonte do Estado com a venda das empresas mistas e estatais teve por objetivo a posse e o controle da terra como fonte de produção energética. É essa a essência do capital privatizador financeiro internacional, que ganhou o batismo impróprio de neoliberalismo, cuja meta não foi senão tornar juridicamente legal a propriedade estrangeira do território brasileiro. Não se trata de um “colonial rule” com ocupação militar¹⁵, tal qual sucedeu no Iraque do petróleo. Aqui a internacionalização da terra está sendo realizada com o dólar e o latifúndio multinacionalizado. É que depois do ocaso do petróleo a fonte de energia (que o Bush malandramente dominou de “etanol” porque álcool é palavra árabe) para abastecer as metrópoles encontra-se nas regiões dos trópicos, sendo o Brasil o maior país tropical do planeta detentor de água doce. A determinação é física e geográfica, pois o sol do Ceará não é o mesmo que irradia Wall Street.¹⁶

O imperialismo é inerente à expansão do capitalismo. Desde a conquista viemos ao mundo, depois do pau-brasil, com empresa açucareira movida por escravos negros. Adoçamos o paladar europeu. Viemos ao mundo para exportar matéria prima. Colonialismo de sobremesa: do açúcar ao café. As plantas do latifúndio para serem exportadas. O indígena foi morto e expulso da terra para estender e ampliar os canais do capitalismo mercantil. Portugal. Holanda. Inglaterra. Droga aplicada à medicina e condicionamento, o açúcar começou como consumo conspícuo e tornou-se popular no além-mar. Cobiçadíssimo pelo mundo inteiro. Luis da Câmara Cascudo, o sociólogo do açúcar, consignou que a rapadura foi um dos motivos da guerra dos Holandeses. O Brasil era a colônia da sobremesa no capitalismo mercantil. Especiaria gustativa. Transcorridos 300 anos do uso de combustíveis fósseis (carvão mineral e petróleo), hoje a cana-de-açúcar se metamorfoseia: de matéria-prima à combustível. A mina de carvão prosperou a Inglaterra. O poço de petróleo deu fortuna aos Estados Unidos. Neste século XXI, a cana-de-açúcar tornar-se-á vital para o funcionamento da indústria. Da sobremesa à sobrevivência. É o vegetal que produzirá combustível na era do imperialismo do capital financeiro adestrado em fazer guerra permanente. A sobrevivência – não só das colônias como das metrópoles – dependerá da energia vegetal extraída dos trópicos. Alcoolquímica. Não é mais a petroquímica que encheu a burra de mister Rockefeller. A agonia do combustível fóssil coloca as regiões intertropicais no epicentro da história neste século XXI. É difícil antever qual será o comportamento político e bélico da tríade imperial: EUA, Europa e Japão. Vingar-se-á o superimperialismo de que falava Kautsky, ou as potências rivais farão um acordo de sócios para explorarem energeticamente o sol e a terra do novo mundo?

O cenário do colonialismo energético neste século XXI é o trópico. Os países capitalistas hegemônicos (EUA, Alemanha, Inglaterra, Japão) estão geograficamente situados em regiões frias ou temperadas, portanto impossibilitados de produzir álcool e óleos vegetais em seus territórios. Depois dos conflitos militares no Oriente Médio em busca do petróleo, esses países fatalmente irão se apropriar das regiões intertropicais, com ou sem a ocupação militar da terra, mas dela extraindo por meio de grandes corporações multinacionais, o combustível vegetal substitutivo do petróleo e do carvão mineral, as formas energéticas do passado. É por isso que o território brasileiro, a maior nação tropical do planeta, está sendo vendida para os magnatas estrangeiros, de modo que o agro-negócio atualmente é de conteúdo energético. Decorre daí que o agro-negócio ganha outra fisionomia econômica e política. É que no passado, com o arranjo colonialista luso-anglo, a demanda metropolitana era por minérios e matérias-primas, açúcar, algodão, cacau, borracha, café. Hoje a cobiça colonial ganha outra dimensão, assim como a resistência nacionalista. Neste século XXI o colonialismo é eminentemente o da energia vegetal para garantir o funcionamento da sociedade industrial: a química do hidrocarboneto cede o lugar para a química do hidrato de carbono. Assim, o que é imperativo – tanto aos países cêntricos quanto aos periféricos – é a álcoolquímica, e não a petroquímica. É esse dado da natureza com todas as suas implicações ecológicas que altera a forma e o conteúdo da apropriação dos recursos naturais no estágio do capital monopolista pós-petróleo. Por isso o desafio do nacionalismo é romper com a inércia mental que identifica indústria com petróleo, como se a produção industrial não pudesse ser movida pela energia da biomassa. Uma vez superado o fetichismo do petróleo, a resistência nacionalista caberá atentar para o seguinte aspecto: o capitalismo imperialista está interessado mais no território dos trópicos – em seu aspecto físico com sol e água doce – do que na população, mesmo concebida como proletariado externo. Não por acaso a internet saxônica divulgou a mensagem genocida: “mate um brasileiro e salve a floresta!”

A produção de energia da biomassa (pela primeira vez na história a energia é plantada na terra) não se faz de maneira concentrada como a mina de carvão e o poço de petróleo; daí a ocupação da terra ser fundamental, o latifúndio se associa ou é comprado pelas corporações estrangeiras, mas com as grandes plantations multinacionais não haverá a absorção da força de trabalho da população.¹⁷

Os sobrantes, os marginalizados, os excluídos, os despojados irão aumentar ainda mais no estágio energético do colonialismo sem reforma agrária. As grandes usinas de etanol irão expulsar mais gente, engrossando a fileira dos desempregados suburbanos. A alternativa a esse arranjo oligárquico-imperialista teria que ser uma estrutura social baseada em pequenas propriedades com microdestilarias produtoras de álcool e óleos

vegetais. A produção simultânea de energia vegetal e comida somente será realizada em pequenas propriedades. É essa a mensagem do nacionalismo antiimperialista, o qual infelizmente continua recalcado ou sumiu do imaginário político brasileiro depois da morte de Leonel Brizola. Os governos efeagaceanos desmontaram o Estado, os de Lula têm sido coniventes com a venda do território para os capitalistas estrangeiros.

Recebido em março/2008; aprovado em maio/2008.

Notas

* Doutor em Sociologia, USP, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora MG.

E-mail: gilbertovasconcellos@yahoo.com.br.

¹ RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas*. Rio de Janeiro, Editora Casa Jorge, 2001, p. 151.

² GOMES, José Augusto Teixeira. *Gregório de Matos*. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 173.

³ Ver MARINI, Ruy Mauro. *La teoría social latinoamericana* - tomo III. México, UNAM, 1995.

⁴ Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *Radiografía de un Modelo*. Buenos Aires, Orbelus, 1973.

⁵ Ver BOMFIM, Manoel. *América latina – Males de origem*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1993.

⁶ RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1985, p. 90.

⁷ RIBEIRO. Idem, p. 91.

⁸ IDEM. *O dilema da América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 28.

⁹ IDEM. 1975, p. 39.

¹⁰ Ver STAVENHAGEN, Rodolfo. *La Teoria Social Latinoamericana*, tomo III. México, UNAM, 1995.

¹¹ Ver VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *O Príncipe da Moeda*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 2002.

¹² BENAYON, Adriano. *Globalização versus Desenvolvimento*. São Paulo, Escrituras, 2005, p. 51.

¹³ Ver RIBEIRO, Haydée Coelho. *La Memória de las memórias, El Exílio de Darcy Ribeiro en Uruguay*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

¹⁴ AMIN, Samir. *Más allá del capitalismo senil*. Buenos Aires, Paidós, 2005, p. 73.

¹⁵ WOOD, Meiksins Ellen. *Empire of capital*. Londres, Verso, 2003, p. 101.

¹⁶ Ver VASCONCELLOS. Op. Cit., 2002.

¹⁷ IDEM. *O Poder dos trópicos*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1999.